



Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, em primeira chamada às quatorze horas e quatorze minutos. O Presidente iniciou na Câmara Municipal de Maricá de forma presencial a reunião do CMS-Maricá com os seguintes Conselheiros Titulares: Sandro dos Santos Ronchetti, Jorge Alberto Rispoli, Josimari Alves de Almeida, Antônio Carlos do Rego e Souza, Joyce do Valle Santos, Eliane Fontes de Araújo, Daniel Guimarães Pereira da Fonseca, Antônio Carlos da Cunha, Marcos de Souza Pires, Edson Gonçalves de Oliveira, Adriana Domingues Picanço, Rodrigo Cantini. Suplente: Luciléa Pereira Rosário, Maria Aparecida de Carvalho Siqueira Garcia, Hebert Freitas Pinto, Nathalia Silva de Jesus, Carlos Renato Dias Ramalho e Isabella Barbosa de Freitas. Com a seguinte pauta: 1-Apreciação e votação da Ata anterior; 2-Eleição para recompor a Secretaria Geral do CMS-Maricá; 3-Citação dos Ofícios enviados e recebidos/respostas (enviados anteriormente grupo do WhatsApp); 4-Aprovação do Regimento Interno do Fórum de Saúde; 5-Aprovação das alterações no Plano Municipal de Saúde 2022/2025; 6-Aprovação das alterações na Programação Anual de Saúde 2025; 7-Apresentação e aprovação das metas da Pactuação Bipartite; 8-Aprovação do regulamento de utilização do carro do CMS-Maricá (Jorge); 9-Entrega da Moção (Jorge); 10-Indicação e aprovação de Moções (Cunha); 11-Sugestão de pauta para a próxima reunião; 12-Informes Gerais. Justificativas de faltas dos Conselheiros: Rose Mary de Melo Bruce, por motivo de doença, Renata Nascimento, por estar organizando uma apresentação para o fórum de saúde mental que acontecerá amanhã, André Gonçalves, por estar no Centro do rio resolvendo problemas particulares, Moisés, devido a compromissos acadêmicos que envolvem minha pesquisa de mestrado, Bruno, por motivo de curso no mesmo horário e Yasmim, por motivo de plantão. **Primeiro ponto da pauta.** O Presidente pergunta se todos receberam a ata relativa à reunião ordinária de 30/10/2025. Coloca em votação foi aprovada por unanimidade. **Segundo ponto da pauta.** Eleição para recompor a Secretaria Geral do CMS-Maricá. O Presidente explica o motivo pelo qual terá que fazer a recomposição da Mesa Diretora. Pergunta se se os usuários já conversaram conforme foi falado na última reunião? O Conselheiro Carlos Cunha diz que não está se candidatando, acha que o Conselheiro Edson é um bom candidato. O Presidente pergunta novamente aos Conselheiros do Segmento usuário, quem seria os candidatos? O Conselheiro Edson se candidata. O Presidente coloca em votação perguntando que, aqueles que concordam que o Conselheiro Edson seja o nosso Secretário Geral permaneçam como estão. Foi aprovado, com a uma abstenção da Conselheira Joyce. Convida o Conselheiro Edson para ocupar o seu lugar na Mesa Diretora dando-lhe as boas-vindas. O Conselheiro Edson agrade a todos pela confiança e que fará o que tiver ao seu alcance para o bom funcionamento do Conselho. **Terceiro ponto da pauta.** O Presidente informa que todos os ofícios recebidos foram postados no grupo do CMS-Maricá e são de conhecimento de todos, mas fará a leitura dos Ofícios de indicações. Ofícios nº 003/2025 MNU- Maricá indicando o Sr. Hebert Freitas Pinto em substituição ao Sr. Eduardo Rodrigues da Silva, Ofício nº 04/2025 da APSM -Associação dos Profissionais de Saúde de Maricá, indicando o Sr. Carlos Renato Dias Ramalho para suplente da Conselheira Adriana Picanço, Ofício nº 1101/2025, do Centro de Imagem Maricá, indicando o Sr. Daniel Guimarães Pereira da Fonseca para ocupar a cadeira do Segmento dos prestadores de serviço, Ofício nº 041/Maricá/2025 da CEMPES- Centro de Medicina e Projetos Especiais, indicando a Sra. Nathalia Silva de Jesus, para ocupar a cadeira do Segmento dos prestadores de serviço. **Quarto ponto da pauta.** Aprovação do Regimento Interno do Fórum de Saúde. O Presidente diz que, como foi aprovado na última reunião o edital de convocação do Fórum Municipal de Saúde, que vai acontecer no dia 09 de dezembro para apresentação e aprovação do nosso Plano Municipal de Saúde, colocamos no grupo e aqueles que não estão no grupo ainda vão ser inseridos o Regimento do Fórum, que é semelhante ao regimento de uma conferência. A ideia é apresentarmos e ouvirmos a população sobre aquilo que eles têm para acrescentar ao Plano Municipal para os próximos quatro anos (2026 a 2029). Será na CODEMAR. Pergunta se todos já leram e se há alguma consideração. Informa que a Conselheira Rose Mary fez suas considerações e que as mesmas farão parte integrante desta ata. Não havendo mais nenhuma consideração, coloca em votação, sendo aprovado por unanimidade. O Presidente diz que, a partir de amanhã, o Regimento do Fórum vai estar liberado, junto com o link para as inscrições para participação, e que todos os Conselheiros precisam se inscrever, porque temos limite de 120 pessoas no auditório da CODEMAR. Pede aos Conselheiros que incentivem seus companheiros das entidades a participarem, porque a gestão tem a intenção de fazer um plano factível e não apenas cumprir obrigação. Como é um Fórum e precisa ser aprovado, é necessário que a plenária seja paritária: 50% de usuários, 25% de profissionais de saúde e 25% de gestão (incluindo prestadores de serviço). O Conselheiro Carlos Cunha diz que está com um ofício para ler e gostaria de saber se o senhor vai liberar para leitura agora ou no final, já que não deu tempo de protocolar antes. É da Cruz Vermelha e está direcionado ao Presidente. Diz que pode ser lido agora ou no final, desde que seja lido hoje e conste na pauta, na ata e na gravação. O Presidente pede para deixar para o final. **Quinto ponto da pauta:** Aprovação das alterações no Plano Municipal de Saúde 2022/2025. O Presidente informa que as alterações do Plano Municipal de Saúde 2022/2025 foram enviadas aos Conselheiros via e-mail e grupo do WhatsApp do Conselho. Explica que, neste ano, o Supremo Tribunal de Justiça exigiu que todas as emendas parlamentares remetidas aos municípios sejam colocadas no Plano Municipal e na Programação Anual de Saúde, mesmo que sejam usadas para ações já em execução. Como são questões de custeio, precisam ser inseridas, avaliadas pelo Conselho e depois incluídas no DIGISUS, pois irão compor o Relatório Anual de Gestão do ano que vem. Reforça que essas alterações não modificam as metas previamente feitas; apenas ampliam algumas questões, que também foram enviadas previamente por e-mail e no grupo do Conselho. O Conselheiro Carlos Cunha pergunta se há parecer da comissão financeira. O Presidente responde que não. O Presidente destaca as diretrizes alteradas, incluindo: construção e inauguração de três unidades de saúde; ampliação da oferta de consultas e procedimentos; ampliação da frota de ambulâncias para atendimento das demandas das unidades de urgência e emergência e do SAMU, com duas ambulâncias novas próprias adquiridas pelo PAC renovando a frota. O Conselheiro Carlos Cunha pergunta se essa renovação será com LEFE novamente, se irá direto para o SAMU e se a LEFE não entrou ainda na questão. O Presidente responde que serão veículos próprios e não locados. O Secretário Geral Edson pergunta se alguma das duas



novas unidades será UTI móvel, pois existe grande dificuldade por conta da distância da base descentralizada do SAMU de Ponta Negra. Afirma que há necessidade de uma UTI móvel nessa base, devido ao tempo de deslocamento da UTI móvel do Centro até Ponta Negra. O Conselheiro Carlos Cunha diz ao Conselheiro Edson que é necessário fiscalizar, pois na SAMU de Ponta Negra só há uma unidade, quando deveriam ser duas ambulâncias com duas equipes. Informa que já conversou com a coordenação e alerta que isso poderá gerar problemas para o município e para o Conselho. O Secretário Geral Edson diz que estavam analisando a reformulação das comissões, a adequação do agendamento do carro e o interesse dos Conselheiros em participar. O Presidente responde que uma das ambulâncias será UTI e que, com a chegada das duas novas ambulâncias, será possível conversar com a urgência e emergência e remanejar alguma para o SAMU de Ponta Negra, já que as ambulâncias do SAMU são próprias. O Conselheiro Carlos Cunha pergunta se há previsão de chegada das ambulâncias. O Presidente responde que o PAC foi aprovado recentemente e que devem chegar no ano que vem. O Presidente segue lendo as alterações do Plano: operacionalização de ações de saúde que possibilitem promoção, proteção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação em saúde, relacionadas à Covid-19 e outras doenças de interesse sanitário. Cita conversa com a ex-Secretária Dra. Simone sobre pessoas com problemas renais decorrentes de sequelas da Covid-19. O Vice-Presidente informa que a proposta foi feita em 2023, na gestão anterior, com previsão de verba de 19 milhões, mas que até hoje o plano não foi concluído, e que havia proposta para criação de um núcleo de atendimento pós-Covid-19. O Presidente responde que o plano foi concluído porque as ações estão sendo feitas, mas que não está como “núcleo”; trata-se de fazer o atendimento acontecer. Diz que é necessário resgatar essa questão nas atas para ver o que pode ser feito. Informa que não continuará lendo o documento para não tomar muito tempo da reunião e pede que os Conselheiros leiam posteriormente e enviem dúvidas. Informa que, neste ano, foram conquistadas emendas de bancada e emendas coletivas, cerca de 12 milhões de reais. Parte desse recurso será utilizada no programa “Agora Tem Especialistas”, focado na redução de filas e na ampliação do rastreamento de doenças como câncer e problemas cardíacos. Informa, ainda, que a partir de janeiro, no Hospital Che Guevara, começarão a ser realizadas cirurgias cardíacas, e que parte dos recursos das emendas foi destinada para suprir as necessidades da hemodinâmica, cuja obra já está sendo iniciada. Informa que a portaria do Programa Regional da Metro II saiu hoje e que, na próxima reunião, trará o projeto. Explica como funciona a portaria e que a região receberá quatro carretas da saúde. Maricá poderá receber uma carreta para exames de saúde da mulher, prevista para o ano que vem. Coloca em votação as alterações do Plano Municipal de Saúde. Aprovado por unanimidade. **Sexto ponto da pauta:** Aprovação das alterações na Programação Anual de Saúde 2025. O Presidente informa que as alterações foram enviadas aos Conselheiros por e-mail e no grupo do WhatsApp. Explica as mudanças. Pergunta se há observações; não havendo, coloca em votação e é aprovado por unanimidade. Informa que todas as alterações constarão na resolução de aprovação. **Sétimo ponto da pauta:** Apresentação e aprovação das metas da Pactuação Bipartite. O Presidente informa que as metas foram enviadas previamente aos Conselheiros por e-mail e no grupo do WhatsApp. Explica que o Estado não permite alterações nessas metas. Lê todos os indicadores e destaca a responsabilidade do Conselho na divulgação da importância da vacinação. A Conselheira Joyce interrompe para comentar o Objetivo 1.6. Organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil destacando que a proporção de crianças de 0 a 6 meses em aleitamento materno exclusivo aparece apenas com 5% na revisão, o que deveria chamar atenção, já que está ligado às diretrizes da saúde materno-infantil do Plano Municipal. O Presidente registra a observação e segue com a leitura dos indicadores. Destaca o crescimento do índice de suicídio entre jovens. Fala sobre a ampliação da rede de atenção primária e informa que o Secretário Marcelo deve trazer detalhes na próxima reunião, pois já há oito unidades em fase de construção. O Secretário Geral diz que está fazendo um levantamento junto aos usuários sobre pontos críticos de deslocamento até as unidades de saúde, para orientar a indicação de novas unidades. O Presidente diz que há um plano para extinguir todas as unidades alugadas e também aquelas em containers, mas que a dificuldade é encontrar terrenos. O Conselheiro Carlos Cunha pergunta sobre a situação do SVO (Serviço de Verificação de Óbito) e se não seria possível implantar um em Maricá. O Presidente responde que o SVO vai começar a funcionar em Itaboraí e atenderá também Maricá, e que só cabe um por região. Diz que o Estado está discutindo a capacitação de profissionais da atenção primária para lidar com questões de óbito. Segue com a leitura dos indicadores. Explica que o Estado não aceita grandes negociações: o município pode acatar ou apresentar nota técnica muito bem fundamentada. Diz que dois municípios Silva Jardim e Niterói ainda não tinham pactuado as metas. A Secretaria de Saúde já enviou a documentação e é necessária agora a aprovação do pleno, pois o Estado homologará no dia 12/12/2025. Sem observações, coloca em votação e é aprovado por unanimidade. **Oitavo ponto da pauta:** Aprovação do regulamento de utilização do carro do CMS-Maricá. O Vice-Presidente diz que tem havido várias contradições sobre o uso do carro do Conselho e que, ultimamente, estão ocorrendo problemas quanto à utilização. Lembra que elaborou uma minuta do regulamento há bastante tempo, aprovada pela Mesa Diretora, e que hoje traz o documento para votação. Lê a minuta da resolução que fez quando era Presidente Interno e explica que o regulamento foi elaborado antes de qualquer situação recente. Reforça que o carro é único, não é possível atender todos os Conselheiros, muitos moram longe, e há uma rota e determinação da Secretaria de Saúde a serem seguidas. Explica as necessidades de uso e compromissos agendados. O Conselheiro Carlos Cunha diz que, em primeiro lugar, não existe determinação do Subsecretário Moura; ele apenas autoriza, mas não determina. Ressalta que quem determina é o Conselho. Afirma que não existe relatório de utilização quilometragem, destinos, responsáveis e que isso deveria existir. Diz que é fácil julgar os outros e que estão culpando injustamente o motorista que rodou 40 km com um tanque; explica que ele foi buscar o Conselheiro Edson em Ponta Negra. Afirma que todos são voluntários e que, muitas vezes, o próprio Conselheiro coloca gasolina do próprio bolso. Cita o episódio entre os Conselheiros Edson e Joyce no retorno do Rio de Janeiro. Diz que é contra o texto atual e que os Conselheiros devem avaliar bem, pois isso pode prejudicá-los. Acrescenta que, quando o Vice-Presidente Jorge chega de Brasília de madrugada, o carro vai levá-lo em casa e acha isso justo. Diz que a Secretaria não interfere nessa questão. O



Secretário Geral explica o motivo de não ter aceitado o desvio da rota e menciona casos anteriores envolvendo conselheiros idosos que precisavam se deslocar até Inoã ou até a sala do Conselho para usar o carro. O Vice-Presidente reforça que o regulamento foi feito em 31 de julho de 2025, antes de qualquer fato recente, e que foi aprovado pela Mesa Diretora. A intenção era evitar futuras situações e organizar o uso do veículo. Explica que, se o carro pegar um Conselheiro, teria que pegar todos, e não há carro suficiente. O regulamento traria clareza, organização e evitaria conflitos. A Conselheira Joyce diz que, pelo que o Vice-Presidente leu, ficou claro que, em casos específicos, seria possível fazer rota alternativa, como nos casos de engarrafamento ou situações justificadas que demandem alteração. Relata que, no dia da situação mencionada, seriam deixá-la na estrada com mala, cansada, vindo de simpósio, sem condições físicas, e que ouviu coisas desrespeitosas. Afirma que não vai aceitar mais esse tipo de situação. Diz ao Vice-Presidente que escolheu a quinta-feira para a reunião da comissão de atenção primária e que não gostaria de continuar trabalhando com o Conselheiro Edson, pois ele sempre faz críticas de forma inadequada. Diz que já houve outras situações, inclusive que ele já foi advertido por outra conselheira, e que isso deveria ser encaminhado à comissão de ética. Afirma que está ali por compromisso social e ético e que tem o direito de ser respeitada. O Secretário Geral Edson responde que não foi exatamente o que aconteceu e que o motorista é testemunha. Afirma que não faltou com respeito a ninguém. Diz que foi ele quem convidou a Conselheira Joyce para a Comissão da Atenção Básica. Explica que não se pode trabalhar com "achismo", e sim com o que é correto. Relata que a conselheira pediu treinamento para fiscalizar a atenção básica, e ele respondeu que não há treinamento formal, que se aprende na prática. Diz que a conselheira queria fazer as visitas sozinha, e até relatórios ela disse saber fazer. Afirma que o trabalho é pelo bem dos usuários de Maricá, sem ego, e que o conselheiro deve atuar em todos os distritos. A Conselheira Aparecida diz que há pontos positivos no regulamento, mas outros são muito rígidos. Lembra que os Conselheiros são voluntários e que o carro poderia sim, em alguns casos, buscar Conselheiros que moram perto da rota. Diz que não gostou do texto. O Conselheiro Carlos Cunha pede que o texto volte para a comissão para revisão. Diz que vota contra e que, se for colocado em votação assim, será uma imposição. O Presidente manifesta tristeza, dizendo que estão gastando tempo discutindo o carro, quando é necessário que o Conselho funcione. Diz que precisa haver regimento e bom senso. Afirma que gostaria de ter três ou quatro carros, mas não é a realidade. Explica que é importante ter representantes nas instâncias, mas também é importante que o Conselho funcione e que as comissões atuem. Diz que encontrou reclamações antigas de má utilização do carro e que não se pode continuar alimentando conflitos por causa disso. Explica que há regras da prefeitura e da secretaria: o motorista tem horário, o combustível é limitado a um tanque por semana, e na semana passada o carro gastou um tanque e dois dias 600 km. O Conselheiro Carlos Cunha diz que é fácil culpar o motorista, mas a culpa é da falta de organização da Mesa Diretora. Afirma que o motorista não tem culpa e que está sendo mandado embora junto com outros seis motoristas. Diz que conversou com o Secretário e com Moura e pediu apoio dos Conselheiros para não tirarem o rapaz. O Presidente esclarece que o motorista não está sendo desligado por causa disso, e sim por uma contenção da Secretaria. Pede que o Conselheiro Carlos Cunha explique corretamente para evitar mal-entendidos. Que a Mesa Diretora vai implementar o controle de quilometragem do carro por conta disso. Não precisava disso, porque carro alugado tem GPS, sabe exatamente se o carro está parado ligado com ar condicionado, se está parado ou andando, eles tem como dar um relatório e que precisa sim de um regimento. A Conselheira Joyce diz que esse trabalho que foi feito diretamente pela Mesa Diretora e acredito que não foi uma coisa que pudesse ser feito por uma comissão mais aberta para que os Conselheiros pudessem participar principalmente os usuários. Traz como sugestão e seja feita é essas alterações e que se possível que todos participem, afinal vivemos numa democracia, antes da votação precisa se discutir mais, crê que não seria uma coisa discutida em plenário poderia ser uma discussão menor para que pudesse ser melhor elaborada e depois trazer para o plenário. A Conselheira Natalia diz que como está chegando hoje, pergunta se existe visita das comissões, participação das reuniões fora do município de Maricá, crê que são questões que são agendadas previamente, existe um cronograma de visitas e de agendamento para utilização do carro para possibilitar que todo mundo utilize, de acordo cada necessidade. Existe esse cronograma já previsto estipulado e organizado mensalmente. O Presidente responde que fechamos toda semana, tem sim, tem organização. As comissões precisam realmente ser reativadas, e esse será outro tema para as próximas reuniões. Precisamos realmente organizar. Acredito que precisamos ter uma regulamentação do carro. Depois, vai mandar para o grupo o controle da quilometragem do carro, para ser anotado o dia e horário da saída e chegada, quilometragem, o percurso, e quem tiver utilizando deve assinar. Isso nos ajuda no controle e a não ter problemas com isso. O Conselheiro Carlos Cunha diz que o Presidente está falando que o carro está ficando com o ar condicionado ligado. O Presidente diz que não falou isso, mas tem como saber. A Conselheira Aparecida diz que esse assunto cabe a uma comissão. A Comissão deve ter as ideias e, como falou, tem Conselheiro que vive a situação. Afirma que esse tipo de documento não é para ser feito numa Mesa Diretora, no seu ponto de vista. Teria que definir qual Comissão teria competência para a elaboração desse documento e depois apresentar à Mesa Diretora e só depois trazer para o plenário. Porque, quando parte de uma Mesa Diretora, é como se fosse uma imposição. Quando chega aqui na hora, sempre tem Conselheiros que dizem "amém" a tudo, porque sabemos que todos os Conselhos são assim, então fica difícil para quem quer lutar por algo mais justo. Gostou muito da fala da Conselheira Joyce nesse sentido também, e que existe a Comissão de Ética. Se esse assunto couber, que leve para a Comissão de Ética. Acha que tem que reger sim, mas de forma bem pensada. Mas cabe a uma Comissão e não a uma Mesa Diretora impor aquilo que quem está vivendo. É uma luta. Sabemos que se está precisando de combustível, vamos solicitar mais combustível. Se está precisando de mais transporte, a Prefeitura tem condições de dar outro transporte. Vamos lutar pelo que é nosso e pelo que o Conselho precisa. Na realidade, o Conselho está precário hoje, com toda necessidade, um carro só para atender essa demanda. Com todas as suas necessidades, não tem muito tempo que está vivendo o que esse Conselho precisa, mas acha que temos que ter esse cuidado. O Secretário Geral diz que tem Conselheiros que só participam uma vez no mês da reunião. Toda sexta-feira ele pergunta se tem disponibilidade. Amava



quando tinha disposição, a Conselheira Adriana estava melhor de saúde, o Conselheiro Jorge, quando não estava de plantão, e mais dois conselheiros, até a antiga Denise Marchon, sempre estavam conosco. Durante os últimos dois meses, não podemos fazer visitas devido à falta de disponibilidade dos Conselheiros. Convoca os Conselheiros que participam das Comissões. Quem não sabe ou não tiver algum tipo de atuação, vamos estar ajudando para reativarmos essas comissões. E quando as pessoas falam que é por falta de carro, é muito simples falar do carro e da comodidade. Onde você já esteve na rua, passando o dia inteiro para poder terminar algum serviço que é importante para o usuário, e tirar do próprio bolso para pagar o almoço do motorista e de outros Conselheiros? Porque ele já fez isso várias vezes. Acha que temos que ter um compromisso maior do que um ego que vai ou não vai. Queremos buscar resultados na nossa saúde, estar atuando dentro da própria Comissão. Diz que formar Comissão sem atuação não adianta. Chega na hora que forma, ninguém vai, ninguém tem tempo. O Vice Presidente diz que pagou hoje 42 reais de estacionamento. A Conselheira Joyce diz que o que o Conselheiro Edson acabou de colocar já é um outro assunto, a questão da participação dos Conselheiros nas Comissões. O Conselho antes tinha uma série de pessoas participando, mas agora está havendo dificuldade dos Conselheiros estarem atuando. Por que a presença dos Conselheiros que estão aqui está com dificuldades de atuar? Acha que isso merece uma reflexão muito grande desse plenário para saber o que realmente está acontecendo. Imposições são levadas, imposições são obrigadas. Muita gente, como ela, não aceita imposição. Como acabou de falar, vivemos numa democracia, graças a Deus, chega de democracia. Acho que temos que realmente analisar e a Mesa Diretora deveria analisar o que está acontecendo. O Conselheiro Hebert diz que está chegando agora, mas vê que o tema é de grande importância e já foi ex-conselheiro Estadual de Saúde, representando a FAFERJ. E realmente, é um tema de grande importância, até para a atuação dos Conselheiros. Está sem entender qual é o ponto principal aonde os Conselheiros estão argumentando sobre a nova aprovação do documento, se de repente é a locomoção, o local de encontro, o horário ou levar em casa. Deixa como sugestão a aprovação com ressalvas e futuramente a Mesa Diretora, juntamente com os Conselheiros, estarem debatendo e flexibilizando essa questão de horário e locomoção, até mesmo para que as Comissões venham a funcionar, devido ao pouco volume de gasolina do carro. O Presidente sugere que coloque em votação. Aqueles que tiverem, depois, determine quais são. Vamos incluir no documento. Ajuda a pleitearmos e, como esse Conselho não está estático e imobilizado, vamos avaliando como as coisas vão funcionando. E se precisar mudar, mudamos de novo. Mudança não é problema para ninguém. Colocar em votação, e aqueles que tiverem ressalvas depois, por favor, coloquem para nós, para que possamos estar acrescentando no documento. Pede que voltem de acordo com a lista de presença, porque quem quiser fazer a ressalva já fica na gravação. Votaram a favor os Conselheiros: Lucilea, Josimari, Antônio Carlos, Edson, Jorge e Marcos Pires. Votaram com ressalvas: Joyce, Eliane, Adriana, Rodrigo Cantini e Sandro. Votou contra: Carlos Cunha. E abstenção: Daniel, justificando que não sabe como é a questão de utilização e como não teve tempo para formular sua opinião, se abstém. Ficando aprovada a Regulamentação do carro por 11 (onze) votos, sendo: 06 (seis) votos a favor, 05 (cinco) votos com ressalvas a serem enviadas para alteração no texto atual, 01 (um) voto contra e 01 (uma) abstenção. O Presidente diz que vamos colocar junto disso a planilha de controle do carro, para termos melhor controle. O Conselheiro Carlos Cunha pergunta quem vai fazer esse controle e quem será o responsável por ele. O Presidente responde que quem estiver utilizando o carro, irá anotar a quilometragem, dia, horário da saída e da chegada, e assinar. A Conselheira Joyce diz que simplesmente não foi atendida em relação ao que solicitou, que fosse visto novamente a situação que passou e que fosse para a Comissão de Ética. Isso não foi votado nem levado adiante. Gostaria que tivesse um encaminhamento. O Presidente pergunta à Conselheira Joyce se ela quer que coloque a atuação do Conselheiro Edson na Comissão de Ética. Pede que a Conselheira faça a denúncia por escrito e encaminhe para o Conselho. Pergunta aos Conselheiros se aprovam essa questão. O Conselheiro Carlos Cunha diz que é contra todas as vezes que é para prejudicar Conselheiro. Sua briga aqui é essa, hoje o Conselho está nisso, é um Conselheiro querendo prejudicar. Afirma que é contra prejudicar Conselheiro. Tem que haver uma avaliação de como está se comportando cada Conselheiro. Mas isso é uma questão de conversar, dialogar, mas não levar nunca um Conselheiro para expulsão. Nunca o Conselheiro deve pedir para sair. O Presidente coloca em votação a questão da indicação do Conselheiro Edson para a Comissão de Ética, explica que a Conselheira Joyce pediu porque sentiu-se ofendida pelo Conselheiro Edson por algumas atitudes e que isso fosse julgado pela Comissão de Ética. Sugere que ela transcreva tudo que falou por escrito, encaminhe para a Comissão de Ética avaliar, e faça as providências necessárias. A Conselheira Joyce afirma que não é a primeira vez que ele faz isso. O Presidente pega uma fala do Conselheiro Cunha e diz que precisamos amadurecer quanto a isso. Não estamos em guerra, aqui não é um Conselheiro contra o outro. Pelo menos, é o que espera, que não seja. Ninguém precisa gostar dele, mas quando for trabalhar junto, precisamos trabalhar junto, sempre com respeito. Falta de respeito não é aceitável em nenhum lugar, por nenhuma categoria, por nada, porque ninguém sabe tudo. O respeito é primordial. Mas também precisamos parar de ter uma guerra pessoal, porque senão não vai andar. Responde que o que afastou as pessoas das comissões foi a questão de um querer brigar com o outro. Não estamos aqui para isso. Cada um pensa diferente, mas nós caminhamos juntos com um único objetivo: fazer a saúde de Maricá avançar. Ou este Conselho faz isso, ou vamos ficar marchando sobre a lama, sem sair do lugar. E não nos ajudarão, pelo contrário, vamos passar na história. Porque tenha certeza, a saúde de Maricá vai avançar nesse período, e nós aqui vamos ficar olhando para isso. Crê nisso, mas já que você tem essa questão, faça por escrito, por favor, e encaminhe para cada entrada na Secretaria do Conselho. Vamos caminhar para a Comissão de Ética avaliar, e vamos tomar as providências necessárias. **Décimo ponto da pauta:** O Conselheiro Carlos Cunha pede aos Conselheiros e Conselheiras que analisem bem o que ele vai fazer. Sugere uma moção de reconhecimento para a ex-Conselheira Anna Quintanilha, que é uma guerreira e lutadora como todos nós que estamos aqui. Por algum motivo particular, ela se obrigou a sair deste Conselho; não vai citar o motivo pelo qual saiu, muitos aqui já sabem o motivo. Gostaria que a plenária apoiasse essa indicação para essa companheira que lutou muito por este Conselho. A segunda indicação é para o Coronel Moura, que é o chefe



da frota dos carros. É uma pessoa que nos recebe muito bem. Hoje temos uma cota extra de combustível; foi ele e a Ana que foram à Secretaria, e solicitamos a ele. Muito atencioso, uma pessoa muito correta, nos deu essa condição e, inclusive, está lutando hoje para defender o motorista. A terceira indicação é para uma pessoa que já esteve neste Conselho e luta até hoje. Não é porque ele é seu amigo, mas para dar a ele um reconhecimento, uma lembrança de uma passagem, de um fato que ele escreveu dentro de Maricá. Chama-se Sandro Ronchetti. O quarto é uma pessoa humilde, mas que está sempre com a porta aberta para nós. Toda vez que precisamos de um apoio, ele está presente. É um pouco mais antigo neste Conselho e já travou várias guerras aqui com alguns secretários; alguns conselheiros antigos sabem disso. Já fomos parar no Ministério Público com essa Secretaria e outras mais que tivemos aqui. Essa pessoa chama-se Dr. Marcelo Velho, uma pessoa correta, que está ajudando o Conselho e dando condições ao Conselho. O Presidente agradece e diz que o Moura, citado pelo Conselheiro, é o Subsecretário-Geral da Secretaria, responsável pela infraestrutura e pela questão dos carros, e que é uma pessoa que realmente tem ajudado bastante. Diz que a Anna Quintanilha realmente deixou história neste Conselho, como uma pessoa que todos entendem e gostam muito. E o Marcelo Velho, realmente, está mudando a cara e a participação deste Conselho; é uma pessoa que tem atendido e aberto as portas para o Conselho, atendido bem ao que precisamos, tenta de toda forma trazer as respostas e está próximo do Conselho. A Conselheira Aparecida diz que concorda com a indicação da Anna Quintanilha, pois quem sai deixa uma marca, e se ela deixou uma marca positiva, merece muito. Diz ainda que, quando falam na Anna Quintanilha, lembra da Denise Marchon. Sabe que ela pode ter criado alguma situação que poderia ter desagradado alguém, não conhece a história direito, mas não entende por que não dar também uma moção para a Denise, por tudo que ela sempre lutou. Ressalta que, ao começar a conceder moções, é preciso ter cuidado para pensar naqueles que mereceram ou merecem e não receberam. O Conselheiro Carlos Cunha pergunta à Conselheira Aparecida se ela está dizendo que algum desses quatro não merece. Diz que a Denise saiu do Conselho um pouco arranhada, desenvolveu várias situações, e que ele a defendeu na primeira vez quando tentaram retirá-la. A Conselheira Aparecida interrompe e diz que perguntou porque não conhecia a história. Quando recebe a indicação de um e, pela sua concepção e pela imagem que tem da Denise, e por tudo que conhece dela, mesmo não estando aqui naquele período, por isso levantou o nome. Mesmo ela tendo feito algo que desagradou, acha que merece. O Conselheiro Carlos Cunha diz que a Conselheira Aparecida não deve ter acompanhado o processo. Diz que é contra e esclarece que a Denise falava mal, dizendo que todo o Conselho foi comprado, e afirma que não são comprados por secretário nenhum. Diz que está dando uma moção para o Secretário Marcelo pelo trabalho dele e afirma que não é comprado. Informa ainda que existe uma denúncia dela no Ministério Público Federal, inclusive com a Anna Quintanilha indo lá representando o Conselho, porque, na época, ela estava como Secretária-Geral. Diz que, no dia primeiro, haverá comparecimento no Ministério Público Federal, sendo essa denúncia da própria Denise. O Tesoureiro Antônio Carlos diz que a questão da votação é sobre a indicação do Conselheiro Carlos Cunha. A Conselheira Aparecida explica que não acompanhou o processo, que já entendeu e que apenas levantou a situação porque poderia ter sido esquecida. Diz que acha que tem que estar mais atenta e que perguntou porque estamos em um colegiado, para esclarecimento. Mas, como está em andamento e as coisas não foram esclarecidas, entende que há um motivo justo e concorda, sem polêmica. A Conselheira Eliane diz que concorda com o que a Conselheira Aparecida falou. Diz que a Denise deixou um legado, sem dúvida, mas que, no final, causou algumas situações que fazem com que qualquer Conselheiro possa ou não conceder uma moção, ficando os problemas que ela causou no final. O Secretário-Geral diz que a Denise é uma pessoa extraordinária, que gosta muito dela, uma pessoa muito especial para ele. Diz que votou contrário a ela por um erro que ela cometeu, mas que, para ele, ela merece independentemente desse erro, pela história no Conselho, por tudo que fez, e porque muitas das coisas que aprendeu no Conselho foi com ela. O Presidente coloca em votação, sendo aprovado por unanimidade para ser entregue na próxima reunião ordinária de dezembro. O Presidente pede ao Conselheiro Carlos Cunha para ler o ofício que solicitou no início da reunião, e o Conselheiro retira o pedido. **Décimo primeiro ponto da pauta:** A Conselheira Adriana solicita que seja enviado um ofício para a Central de Regulação perguntando qual o protocolo e critério para marcação de consultas, explicando os motivos da solicitação. O Presidente sugere convocar o Coordenador da Regulação para a próxima reunião. Diz que existem critérios e solicitações, e que a regulação é o meio; a Atenção Primária faz o pedido ou outras especialidades fazem o pedido, mas irá solicitar que compareçam. A Conselheira Adriana diz que outro ponto que gostaria de tratar é que ficou afastada do atendimento por muito tempo, de licença médica, e agora retornou. Deu entrada no pedido de insalubridade, mas sua solicitação não pôde ser concluída, pois não há médico ou técnico de segurança do trabalho para emissão do laudo técnico para inclusão do adicional de insalubridade, conforme resposta do RH da Saúde. Questiona quem vai contratar esse profissional e de quem é a responsabilidade. O Presidente responde que quem fazia isso era o ISSM e agora não faz mais; a responsabilidade agora é da Secretaria de Administração. Ainda há profissionais no ISSM, mas as perspectivas mudaram, e irá pedir resposta oficial. O Vice-Presidente diz que tem algumas pautas da CISTT – Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora: primeiro, a revisão do plano sanitário do município, que é bem antigo; segundo, que seja feito um plano para tratamento e acompanhamento da saúde mental dos trabalhadores da saúde no município de Maricá, observando que o índice de adoecimento dos trabalhadores, principalmente em saúde mental, é muito alto; terceiro, que seja apresentada a referência técnica da saúde do trabalhador no município, que ainda não existe, sendo necessário criar ou definir junto à Secretaria de Saúde, conforme pedido do Ministério da Saúde. O Conselheiro Daniel sugere que haja um indicador para todas as unidades e equipes de saúde quanto à atualização do cadastro no Cartão do SUS dos pacientes. Explica que a Clínica tem uma fila de 12.400 pessoas aguardando ultrassonografia, atende hoje 1.200 por mês na agenda e tem um índice de 46% de faltas, pois não consegue ligar para os pacientes porque o Cartão do SUS não está atualizado. Ressalta que os ACS podem atualizar esses dados, o que resolveria o problema, pois esses 46% que faltam retornam para a fila. O Presidente responde que a Atenção Primária implantou em todas as unidades a capacidade de atualizar o Cartão



SUS do paciente e que há uma determinação para que, ao entrar na unidade, o paciente faça a atualização do cadastro, inclusive por ser um indicador da Atenção Primária e financeiro. O Conselheiro Daniel cita um caso ocorrido com sua esposa, que trabalha no CHE, fez exame periódico e recebeu receituário da Saúde Ocupacional solicitando imunizações, pois precisa tomar reforços periódicos. Ela esteve na Unidade de Saúde 53 e recebeu a resposta de que as vacinas seriam aplicadas, mas os reforços teriam que ser pagos de forma particular. Cita que são vacinas básicas e que, sendo profissional de saúde do município, não conseguiu realizá-las na unidade. O Presidente pede que o Conselheiro envie o caso para ele, que irá verificar e trazer resposta na próxima reunião. A Conselheira Eliane agradece a presença do Coordenador e Presidente do Fórum LGBTQIA+ Carlos Alves e solicita que seja incluída na pauta da próxima reunião a saúde LGBTQIA+, pois há muitas dificuldades. O Conselheiro Carlos Cunha sugere pauta sobre Plano de Cargos, Carreira e Salário do funcionário estatutário. O Presidente responde que o Plano de Cargos está em andamento; inclusive, na última reunião, o Secretário Marcelo esteve presente e informou que já está sendo elaborado. Diz que foi contratada outra empresa para auxiliar no processo e que o Subsecretário responsável agora é o Dr. Fábio, com experiência na FEMAR, e que o processo já está em andamento. A Conselheira Aparecida pergunta sobre as Comissões, pois viu mensagens no grupo indicando que estariam sendo reduzidas. O Presidente responde que estão trabalhando para a reativação das Comissões e que, possivelmente, esse tema entrará como pauta na próxima reunião. A Conselheira Eliane fala da Parada LGBTQIA+, no dia 07/12, e do ofício enviado à Secretaria de Saúde com solicitações, manifestando o desejo de que a Secretaria de Saúde esteja presente no evento. O Coordenador Carlos Alves diz que já foi Presidente do Conselho LGBT de Maricá, um dos primeiros da região, e destaca que o Conselho mais importante é o Conselho de Saúde. Diz que já foi do Conselho Estadual LGBT e que o Conselho Nacional de Saúde sempre foi uma inspiração. Sauda todos os Conselheiros e Conselheiras e convida a todos, todas e todos para a 11ª Parada do Orgulho LGBTQIAPN+. Diz que o tema deste ano é o envelhecimento, destacando a importância do cuidado com os idosos LGBT e com todos os idosos, de todas as raças, cores, etnias e comunidades periféricas. Informa ainda que realizaram em Maricá a primeira Conferência Nacional de Gays Idosos do Brasil, sendo um dos poucos municípios a realizar esse evento. Diz que ele e o professor Aníbal, figura histórica de Maricá, foram eleitos para a Conferência Nacional da Pessoa Idosa, que ocorrerá do dia 13 ao dia 16. Convida a todos para o dia 07, às 15 horas, na Barra de Maricá, onde haverá um espaço para a Secretaria de Saúde apresentar os serviços do SAE. Finaliza enviando um abraço do Fórum Municipal LGBTQIAPN+ de Maricá e da ART Gay. A Conselheira Natália responde ao Conselheiro Daniel sobre o indicador mencionado, informando que já existe um novo indicador de confirmação de vínculo, que se refere à atualização cadastral e gera financiamento para a Atenção Primária, estando já bem adiantado. Sobre as vacinas da esposa do Conselheiro, esclarece que há programação do Ministério da Saúde e que algumas doses não são indicadas para determinados públicos, como reforços de gripe ou tríplice viral, dependendo da faixa etária, sendo necessário avaliar caso a caso conforme o Programa Nacional de Imunizações. Ressalta que não se trata de falha da unidade, mas de diretriz ministerial, e que é importante melhorar a comunicação dessas informações. O Vice-Presidente pede que o assunto seja melhor explicado, pois também passa por avaliação periódica no CHE e nunca lhe foi solicitado reforço vacinal. O Conselheiro Daniel diz que no próprio formulário já constam campos específicos para solicitar essas vacinas. O Presidente diz que a Conselheira Natália trouxe um ponto importante sobre o calendário vacinal e que, se necessário, o CHE pode entrar em contato com a imunização do município para garantir a cobertura aos funcionários, reforçando que é uma questão de comunicação. **Décimo segundo ponto da pauta:** O Presidente lembra do Fórum Municipal de Saúde no dia 09 de dezembro, na CODEMAR, das 9h às 13h, para análise, discussão e aprovação do Plano Municipal de Saúde 2026–2029. Pede que os Conselheiros levem seus pares e convidem a população. Informa que o link de inscrição será divulgado no grupo do Conselho e que o evento será para 120 pessoas. Lembra que a próxima reunião não ocorrerá na última quinta-feira do mês, em razão das festas de fim de ano, sendo marcada para o dia 18/12. O Secretário-Geral pergunta se há possibilidade de o Presidente da Associação de Moradores de Guaratiba e Ponte Preta fazer uma explanação sobre as necessidades da região. O Sr. Mauro Rodrigues diz que nasceu em Guaratiba, mora atualmente na Ponte Preta, e que a demanda é do Jardim Interlagos, bairro grande cujos moradores são atendidos em Guaratiba. Diz que hoje existem mais de 4.400 pessoas na Ponte Preta atendidas por Guaratiba, totalizando mais de 3.000 pessoas na unidade, com tempo de espera de três a quatro meses para consulta médica. Informa que há uma área pública de 4.600 m² em frente à praça, onde solicitam a construção de uma Unidade de Saúde e uma escola. Diz que, diante das falas recentes do Prefeito, querem ajudar a melhorar a saúde de Guaratiba e Ponte Preta junto com a Associação de Moradores. O Presidente explica que o posto de Guaratiba já está em processo de ampliação e que a determinação do Ministério da Saúde é de 3 a 4 mil pessoas por equipe de Saúde da Família. Para criar uma Unidade de Saúde na Ponte Preta, seria necessário um número maior de cadastrados, mas que a solicitação será considerada. Com a ampliação, a unidade poderá ter mais equipes. O Sr. Mauro informa que nova pesquisa está sendo realizada e que apenas no Jardim Interlagos já há 3.400 cadastrados atendidos pela Unidade de Guaratiba. O Presidente diz que, havendo possibilidade, o Conselho irá ajudar. O Conselheiro Antônio Carlos informa que no dia 17 de dezembro ocorrerá a eleição da nova Diretoria da Associação dos Profissionais de Saúde, das 9h às 16h30, na Associação Médica. Informa que quem não for associado poderá preencher a ficha na hora e que todos os profissionais de saúde estão convidados. Diz que o candidato à Presidência é Jorge. O Presidente reforça a importância da Associação dos Profissionais de Saúde, destacando que sua atuação é semelhante à do Conselho. **Nono ponto da pauta:** O Vice-Presidente diz que está no Conselho há quase três anos e nunca havia solicitado isso, mas que, como Coordenador da CISTT, considera importante o reconhecimento de trabalhadores. Diz que todos os trabalhadores merecem reconhecimento e que há no Conselho Municipal uma pessoa muito importante, sensível e dedicada. Propõe uma Moção de Reconhecimento para a Secretária Executiva Laudeci, pelos 18 anos de trabalho no Conselho Municipal. Lê a moção aprovada pelos Conselheiros presentes e faz a entrega à Secretária Executiva Laudeci, que agradece pelo reconhecimento e carinho. O Presidente diz que a Laudeci é uma pessoa que



exerce esse trabalho há bastante tempo, vive o Conselho e assumiu o Conselho para si mais do que muitos Conselheiros, entendendo que essa moção é mais do que merecida.. O Presidente agradece a todos pela presença, encerra a reunião às 16h:20min. (dezesesseis horas e vinte minutos) convida a todos para nossa próxima reunião ordinária no dia 18 de dezembro, às 14h, nesse mesmo local, excelente tarde a todos. eu, Laudeci Costa, Secretária Executiva, lavrei a presente ata, lavrei a presente ata, que foi revisada pelo Secretário Geral Edson Gonçalves de Oliveira, por expressar a verdade, dato e assinada juntamente aos Conselheiros presentes, Maricá, 27 de novembro de 2025. XX

Sandro dos Santos Ronquetti
Gestor – Sec. de Saúde
Presidente

Laudeci Costa
Secretária Executiva

Jorge Alberto Rispoli
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá
Vice Presidente

Edson Gonçalves de Oliveira
Usuário- União das Assoc. de Mor. de Maricá
Secretário Geral

Antônio Carlos do Rego Souza
Usuário SINDSERV
Tesoureiro

Marcos de Souza Pires
Ass. Médica de Maricá

Joyce do Valle Santos
Usuária - Ass. de Morad. E Amigos do Recanto de
Itaipuaçu - 4º Distrito

Josimari Alves de Almeida
Usuária: Ass. de Mor. e Amigos do Bairro Santa Paula

Carlos Renato Dias Ramalho
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá

Rodrigo Cantini
Ass. Médica de Maricá

Hebert Freitas Pinto
MNU- Movimento Negro Unificado

Lucilêa Pereira Rosário
Usuária – Ass. de Mord. do Parque da Cidade 1º Distrito

Isabella Barbosa de Freitas
Gestor – Sec. de Saúde

Antônio Carlos Cunha
Usuário – Cruz vermelha

Maria Aparecida de Carvalho Siqueira Garcia
Ass. Pestalozzi de Maricá

Eliane Fontes de Araújo
Usuária - ABL- Articulação Brasileira de Lésbicas

Adriana Domingues Picanço
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá

Daniel Guimarães Pereira da Fonseca
Prest. Serviço- Centro de imagem Maricá

Nathalia Silva de Jesus
Prest. Serviço – CEMPES – Centro de Medicina e Projetos
Especiais